



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA

PORTARIA nº 16/2016

Resolvo converter o Procedimento Preparatório nº 1.36.001.000101/2015-57 em **INQUÉRITO CIVIL**, com o objetivo de apurar a ocorrência, ou não, de atos ilícitos de improbidade administrativa no curso da execução dos objetos dos Contratos de Repasse de nº 0186700-80 e de nº 0196166-25, celebrados entre o Ministério do Esporte e os Municípios de São Miguel do Tocantins e Augustinópolis, respectivamente, isso após haver

Considerado o disposto nos artigos 129, inciso III, da Constituição da República e nos artigos 6º, inciso VII e 7º, incisos I e II, da [Lei Complementar nº 75/1993](#), que dispõe sobre as atribuições e o Estatuto do Ministério Público da União,

Considerado o teor do documento inserido e recebido no Sistema Único de Informações sob o nº 2.459/2015 e o decurso do prazo referido no §1º do artigo 4º da [Resolução nº 87/2010](#), do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Para o efeito, determino ao Setor Jurídico da Procuradoria da República no Município de Araguaína a autuação desta Portaria com as peças de informação que a originaram. Após, à Secretaria do Gabinete do 1º Ofício da unidade, visando o cumprimento de ulteriores diligências.

Designo para exercer a função de secretária a servidora pública Jarlene Barros Neves, ocupante do cargo de Técnico do Ministério Público da União – Área Apoio Técnico/Administrativo/Administração, matrícula nº 26600-1.

Encaminhem cópia deste ato, que deverá ser afixado no local de costume, para publicação no Diário do Ministério Público Federal Eletrônico – DMPF-e, nos termos do artigo 5º da [Instrução Normativa SG/MPF nº 2/2013](#).

Comuniquem a instauração da investigação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Araguaína, 23 de fevereiro de 2016.

ALDO DE CAMPOS COSTA  
[Publicado no DMPF-e Extrajudicial de 29/02/2016, nº 32, p. 572](#)